

Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DO SETOR DE CULTURA E LAZER DO MUNICÍPIO

O Município de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto na Lei Federal n.º 10.520/02, torna público, para o conhecimento dos interessados, que no dia 24 de Abril de 2018, fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor PREÇO POR ITEM, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Municipal n.º 1.909/05, bem como em conformidade com as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de Junho de 1.993, alterada pelas Leis n.ºs 8.883 de 08 de Junho de 1.994 e 9.648 de 27 de maio de 1.998, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

A abertura dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação ocorrerão em sessão pública, a ser realizada em:

LOCAL: Sala de reuniões no Paço Municipal. Endereço: Praça da Bandeira, n.º 276, Centro. Cachoeira de Minas – MG.

DATA: 24 de Abril de 2.018.

HORÁRIO limite para protocolo dos envelopes: 08h45 - horário de Brasília/DF. HORÁRIO de início da sessão: 09h (credenciamento) - horário de Brasília/DF.

A sessão do Pregão será conduzida pela Pregoeira, Sra. Edimara Ribeiro Faria Monteiro, e membros da Equipe de Apoio, as Sras. Ângela Maria de Carvalho e Lenisse de Fátima Faria e Fraga, designadas pela Portaria Municipal n.º 3.599 de 04 de Dezembro de 2017.

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados na Prefeitura Municipal, no endereço supramencionado, no horário de 8h às 16h, bem como através do telefone (35) 3472-1333.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessárias ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas neste processo licitatório.

Este Edital poderá ser obtido através do site: www.cachoeirademinas.mg.gov.br, no Link Licitações - Editais em Aberto ou no Setor de Licitações, situado na Praça da Bandeira, n.º 276, Centro, em Cachoeira de Minas/MG.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

CLÁUSULA 01 - OBJETO

1.1 - Este procedimento licitatório visa à contratação de pessoas físicas ou jurídicas, objetivando a prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal para manutenção das atividades da Secretaria de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, descritos no Anexo II, com suas respectivas especificações.

CLAUSULA 02 - DOS ANEXOS

2.1 - Integram este Edital, independentemente de transcrição os seguintes anexos:

Anexo I – Proposta Comercial

Anexo II - Termo de Referência

Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo IV - Termo de Compromisso

Anexo V - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Anexo VI - Modelo de Declaração - Artigo 7º, inciso XXXIII da CF

Anexo VII – Modelo de Declaração de Condição de ME/EPP ou MEI

Anexo VIII – Dados para elaboração da minuta de contrato

Anexo IX - Minuta de Contrato

2.2 – Os Anexos III, IV, V e VII, deverão ser apresentados no credenciamento dos interessados, fora dos envelopes: "01 - Proposta Comercial" e "02 - Documentação para Habilitação", juntamente com Carteira de Identidade e CPF do representante da empresa, e uma via do Contrato ou alteração contratual, se houver, comprovando ser o objeto do contrato correspondente ao objeto da licitação. O Anexo VII deverá ser apresentado apenas pelas microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, juntamente com a Certidão Simplificada, conforme menciona na Cláusula 04, subitem 4.4.1.

CLÁUSULA 03 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar desta licitação as empresas ou pessoa física, prestadora dos serviços pertinentes ao objeto licitado, que apresentarem toda a documentação exigida e satisfaçam às condições estabelecidas neste edital.
- 3.2 Não poderão participar desta licitação:
 - a) As pessoas físicas e jurídicas de que trata o Art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93;
- b) Empresas impedidas de participar de licitação ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal;
- c) Empresas em estado de falência ou concordata, recuperação judicial, em concurso de credores em dissolução ou em liquidação;
 - d) Subcontratadas e que estejam em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição; e
 - e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

3.3 – A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

CLAUSULA 04 - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O representante do Licitante deverá comprovar, na sessão pública, a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- 4.2 As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.
- 4.2.1 A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo III, com firma reconhecida, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, juntamente com o documento original de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.
- 4.2.1.1 Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos **originais** sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação no momento da sessão de abertura dos envelopes.
- 4.3 O CREDENCIAMENTO DO LICITANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JUNTO AO(A) PREGOEIRO(A) IMPLICA A PRESUNÇÃO DE SUA CAPACIDADE LEGAL PARA REALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL E A RESPONSABILIDADE LEGAL PELOS ATOS PRATICADOS.
- 4.4 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada deverá comprovar sua condição de ME ou EPP ou MEI, por meio de declaração, conforme modelo do Anexo VII.
- 4.4.1 O licitante que desejar se Credenciar como M.E/EPP ou MEI deverá ainda apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de enquadramento, datada dos últimos 60 (Sessenta) dias anteriores à data de abertura dos envelopes.
 - 4.4.2 O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.
- 4.5 Os primeiros quinze minutos do horário para abertura das propostas serão dedicados para credenciamento das empresas, só podendo ser credenciadas aquelas que já estiverem presentes no momento da abertura da sessão pública.

CLAUSULA 05 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A proposta comercial deverá ser apresentada, em 01 via através do envelope n.º 01, lacrado, tendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018 DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 de Abril de 2018



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS NOME COMPLETO, CNPJ E ENDEREÇO DA LICITANTE COM O Nº DO TELEFONE

- 5.2 Devem constar da proposta às informações abaixo relacionadas, apresentada DATILOGRAFADA OU DIGITADA, sem emendas, rasuras ou entrelinhas; não serão aceitas propostas escritas manualmente; suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, em conformidade com o Anexo I deste Edital.
 - a) Razão Social, endereco completo e telefone da Empresa proponente. CNPJ, agência e nº da Conta Bancária;
- b) Descrição detalhada das características técnicas dos serviços ofertados, demonstrando sua conformidade com as especificações, constantes no Anexo II Termo de Referência;
- c) Preço unitário e total para cada item proposto, sendo que não poderá ter mais de 02 (Dois) dígitos após a vírgula, conforme moeda corrente nacional:
- d) Período de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (Sessenta) dias, contados da data de entrega das propostas;
 - e) Indicação do veículo a ser utilizado no transporte.
- 5.3 O licitante deverá apresentar proposta comercial referente a todos os itens, ou aos itens que lhe convier, objetos do certame, devidamente preenchidos (preço unitário e valor total), sob pena de desclassificação da proposta.
- 5.4 É vedada a imposição de condições ou apresentação de opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma origem, uma marca e um preço para cada item ofertado.
- 5.5 Para os efeitos da descrição a ser feita, nos termos da Cláusula 05, o concorrente deverá considerar que as especificações técnicas constantes no Anexo II Termo de Referência, respectivamente, são meramente descritivas e não restritivas.
- 5.6 O valor da proposta será fixo, salvo alterações efetuadas unicamente pelo Governo Federal, comprovado por Documento, juntamente com a nova tabela do CONTRAN. (Caso esta não tenha tido reajuste, os valores cotados não poderão sofrer nenhum acréscimo).

CLÁUSULA 06 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em uma única via através do envelope n.º 02, lacrado, tendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 de Abril de 2018
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
NOME COMPLETO, CNPJ E ENDEREÇO DA LICITANTE COM O Nº DO TELEFONE

6.2 - Para habilitação é necessária à apresentação dos seguintes documentos:

6.2.1 - Em se tratando de pessoa física:



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

I - Comprovação da Regularidade Fiscal:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Art. 29 inciso III);
- b) Certidão Negativa de Debito Fazenda Estadual (Art. 29 inciso III);
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, feita através de Certidão emitida pelo Setor de Arrecadação do Município (Art. 29 Inciso III);
- d) Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (INSS) ou comprovante de pagamento de INSS desde a sua inscrição.

II – Qualificação Técnica:

- a) Certificado de propriedade do veículo, com ano e modelo de fabricação de 2004 em diante, em nome do licitante, com IPVA e seguro obrigatório, devidamente quitados e válidos;
 - b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - c) Carteira de Identidade (RG) ou assemelhado;
- d) Prova de Habilitação do Profissional autônomo para Condução de Veículos Automotores, sendo CNH letra D ou E para transporte em Van e Ônibus;
 - e) Prova de inscrição como motorista autônomo no Município ou documento equivalente;
 - f) Autorização do DER e ANTT para fretamento e viagens;
- g) Inspeção emitida por Órgão Competente credenciado no DENATRAN, conforme exigência do Código de Transito Brasileiro, Art. 136, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, com data de expedição não superior a 01 (Um) ano, atestando condições do veículo para o Transporte Coletivo.

6.2.2 – Em se tratando de pessoa jurídica:

I – Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em, conforme Art. 28 inciso III:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício; ou
- b) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou
- c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização quando a atividade assim exigir; e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir; ou
 - d) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual CCMEI.

Parágrafo Primeiro - Os documentos descritos nas alíneas "a", "b" e "d" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e posteriores alterações, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Segundo - Os documentos relacionados na alínea I deste subitem 6.2 não precisarão constar do Envelope n.º 02 – "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

II - Comprovação da Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
 - c) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Estadual;
 - d) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede;
- e) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade;
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

Parágrafo Terceiro - A Certidão Negativa de Débitos com o INSS foi unificada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN № 1751 DE 02/10/2014. Serão aceitas certidões negativas e positivas com efeitos negativos.

III - Qualificação Técnica:

- a) Certificado de Propriedade do Veiculo, com ano e modelo, data de fabric. 2004 em diante, em nome da empresa do licitante, com IPVA e Seguro Obrigatório devidamente quitado e válidos;
- b) Documentos do(s) condutor(es) sendo Cédula de Identidade e CNH (Carteira Nacional de Habilitação da classe D ou E para serviços em Van e Ônibus;
 - c) Autorização do DER e ANTT para fretamento e viagens;
- d) Inspeção emitida por Órgão Competente credenciado no DENATRAN, conforme exigência do Código de Transito Brasileiro, Art. 136, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, com data de expedição não superior a 01 (Um) ano, atestando condições do veículo para o Transporte Coletivo.

IV - Qualificação Econômica financeira

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

V - Outros Documentos

- a) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 ANEXO VI; e
- b) Dados para Elaboração da Minuta de Contrato ANEXO VIII (a ausência deste documento não é motivo para inabilitação da empresa).
- 6.3 Caso ocorra à participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, deverá ser observado o seguinte:
- a) As licitantes que se declararem microempresas ou empresas de pequeno porte ou MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, juntamente com a documentação relativa à habilitação, de acordo com modelo contido no Anexo VII, não poderão ser inabilitadas em razão de irregularidades quanto aos *documentos fiscais* apresentados.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- b) Para comprovação da regularidade fiscal, no caso de micro empresa e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, será levado em consideração o que determina o art. 43, § 1º e § 2º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações (Estatuto nacional da micro e da empresa de pequeno porte), qual seja:
 - Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restricão.
 - § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 6.4 Caso as certidões não constar vigência, será aceita com validade de 90 (Noventa) dias a partir de sua emissão.
- 6.5 Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados não serão aceitos quaisquer protocolos.
- 6.6 O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.
- 6.7 Os documentos mencionados no item 6.2 deverão ser apresentados cópias, devidamente autenticados por Cartório competente, ou poderão ser autenticados por uma pessoa designada por esta Administração, mediante apresentação dos documentos originais para confronto, sendo que, os originais poderão ser entregues diretamente ao responsável pela autenticação, não sendo necessários que se encontram em envelope lacrado.
 - 6.7.1 Não serão aceitas cópias autenticadas para confrontos de documentos.
- 6.8 A(s) empresa(s) participante(s) que não apresentarem a documentação exigida, apresentarem incompleta ou incorreta, será(ão) INABILITADA(S), não se admitindo complementação posterior.
- 6.9 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
 - a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente; ou
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

CLAUSULA SETIMA – DOS PROCEDIMENTOS E RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

- 7.1 No dia, local e hora designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, e devidamente lacrados e protocolizados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o número deste Pregão e o seu conteúdo: "proposta" e "documentação de habilitação", a razão Social, o CNPJ, o endereço completo e os números de telefone e fax da proponente.
- 7.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste edital,
- 7.3 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida á verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos nas Cláusulas 01 e 05 deste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.
- 7.4 No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem os requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os da oferta com preços até 10% (Dez Por Cento) superiores aquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- 7.4.1 Caso duas ou mais propostas iniciadas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.4.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente do MENOR PRECO POR ITEM.
 - 7.4.3 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 7.4.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais na manutenção do ultimo preço apresentado pelo licitante, para efeitos de ordenação das propostas.
- 7.4.5 Não será concedido ao representante da empresa licitante quando solicitado ao pregoeiro, tempo para que se consulte a empresa representada acerca da viabilidade do lance verbal, ficando a critério do pregoeiro a determinação da duração da consulta, assim como, não será aceito também a utilização de qualquer meio de comunicação durante a sessão.
- 7.5 Não havendo pelo menos três ofertas, nas condições definidas no item 7.4, poderão os autores das melhores propostas, ate o máximo dos três melhores preços, oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os descontos oferecidos.
- 7.6 Não obstará a continuação do certame licitatório à ausência de lances verbais, sendo então verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 7.7 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo PREGOEIRO, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.8 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP ou microempreendedor individual MEI e, houver proposta apresentada por ME ou EPP ou MEI até 5% (Cinco Por Cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2°, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.
 - 7.8.1 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- 7.8.1.1 a ME ou a EPP ou MEI mais bem classificada será convocada para, no prazo de 05 (Cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;
- 7.8.1.2 apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 7.8.1.3 não sendo vencedora a ME ou EPP ou MEI mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.8.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP e MEI que se encontrarem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresenta melhor oferta.
- 7.9 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.
- 7.10 Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, ofertar o menor preço.
- 7.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os registrados nos autos para formação do Termo de Referencia.
- 7.12 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que ofertar o menor preço unitário.

7.13 - Será desclassificada:

- a) a proposta que não atender às exigências deste edital; e
- b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível.
- 7.14 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.
- 7.15 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 7.16 Sendo aceito o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixada na Cláusula 06 item 6.2 deste Edital.
- 7.17 Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido na Cláusula 06 item 6.2 deste Edital.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- 7.18 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo á habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e aquele adjudicado o objeto do certame.
- 7.19 Se a oferta não for aceitável, por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, visando melhor preco.
- 7.20 Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no item 7.9.
- 7.21 Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 7.22 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, e devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

CLAUSULA 08 – DOS CRITERIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 8.1 No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de menor preço POR ITEM, desde que atendidas às especificações constante deste Edital.
- 8.2 O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

CLAUSULA 09 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1 Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (Três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata aos autos.
- 9.2 O(s) recurso(s) será (ao) dirigido(s) ao(a) Pregoeiro(a) que poderá reconsiderar sua decisão, em 03 (Três) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à Autoridade Superior, com as devidas informações, para apreciação e decisão no mesmo prazo.
- 9.2.1 Tal recurso deverá ser protocolizado na recepção da Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, situada à Praça da Bandeira, n.º 276, Centro, Cachoeira de Minas/MG, CEP 37.545-000.
 - 9.2.1.1 Não será recebido recurso por intermédio de "fac-símile" e/ou "email"
- 9.3 Da aplicação das penalidades previstas na Cláusula 10 item 10.3 caberá recurso no prazo de 05 (Cinco) dias úteis a partir da data da intimação.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

9.4 – O recurso a que se refere o item anterior será dirigido ao Pregoeiro, que poderá ratificar ou rever sua decisão no prazo de 03 (Três) dias úteis.

CLAUSULA 10 - DAS PENALIDADES

- 10.1 Se o licitante vencedor descumprir as condições deste PREGÃO ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.
- 10.2 Em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal n.º 8.666/93, o atraso injustificado na prestação do serviço, objeto deste Pregão sujeitará o licitante a multa de 0,5% (Zero Vírgula Cinco Por Cento) ao dia, sobre o valor total proposto do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a prestação do serviço.
- 10.3 Nos termos do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do Contrato, este órgão poderá aplicar à empresa vencedora, garantida a prévia defesa, as seguintes penalidades:
 - 10.3.1 Advertência;
- 10.3.2 Multa de até 30% (Trinta Por Cento) do valor total da proposta, a critério da Administração e conforme a gravidade do ato:
- a) de 30% (Trinta Por Cento) do valor total da nota de empenho, nos casos de inexecução parcial do ajuste nela consubstanciado:
- b) de 30% (Trinta Por Cento) do valor da nota de empenho, em caso de rescisão contratual por inadimplência da contratada;
 - c) 5% (Cinco Por Cento), por dia, em caso de atraso na entrega na prestação dos serviços;
- 10.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (Dois) anos; e
- 10.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.4 Nos termos do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02c/c o art. 14 do Decreto 3.555/2000, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desse certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar com a União, Estados ou Municípios e, será descredenciado no CRC, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei Federas n.º 10.520/02, pelo prazo de até 05 (Cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais condições legais.
- 10.5 As sanções estabelecidas nos itens 10.3.4 e 10.4 são de competência da autoridade máxima deste Órgão.
- 10.6 A penalidade de advertência prevista no item anterior será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração, com base em relatório circunstanciado do diretor da unidade solicitante, de oficio ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato;



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- 10.7 A multa prevista neste contrato será aplicada após apreciação da defesa apresentada pelo contratado no prazo de 05 (Cinco) dias úteis contados da sua notificação, devendo ser descontada imediatamente, após o prazo de defesa e julgamento da mesma, da garantia ou se for insuficiente dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, nos termos do artigo 87, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 10.8 Na aplicação das penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (Dez) dias contados da abertura de vista.

CLAUSULA 11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão atendidas pelas dotações orçamentárias, constantes na Lei do Orçamento do Município n.º 2.514 de 08 de Dezembro de 2017, a seguir: 02.08.02.20.606.2001.2.145.339039-414; 02.09.01.13.392.1301.2.025.339039-439; e 02.09.02.27.812.2701.2.030.339039-461.

CLAUSULA 12 - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE

12.1 – O licitante ficará obrigado a:

- 1 Obedecer a todas as condições especificadas neste edital. O não atendimento a esta condição caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante classificado em 1º (Primeiro) lugar às penalidades previstas nos itens 10.3 e 10.4 deste Edital. Ocorrendo essa hipótese, a Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas/MG convocará os licitantes remanescentes;
- 2 Não alterar o valor da proposta em hipótese alguma, devendo estar nela incluída qualquer eventualidade que possa ocorrer:
- 3 Fornecer os serviços às suas custas (impostos, taxas, fretes e demais encargos), sob o preço ofertado através dos lances e registrados em ata, e sob o prazo estipulado na proposta, mediante a "ORDEM DE FORNECIMENTO" emitida pelo Encarregado do Setor de Compras do Município;
 - 4 Responsabilizar-se pelo disposto nas respectivas propostas e pelos atos dos seus representantes legais;
- 5 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do representante da Administração, inerentes os objeto da contratação;
 - 6 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

CLAUSULA 13 – DOS PREÇOS

13.1 - Os preços propostos, resultantes do Processo Licitatório n.º 081/2018 mencionados no Anexo II do Pregão Presencial n.º 028/2018 são fixos até 31 de Dezembro de 2.018, contados a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo.

CLAUSULA 14 – DO PAGAMENTO

- 14.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente, em até 20 (Vinte) dias, após a apresentação das respectivas Notas Fiscais na Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, após a prestação dos serviços constantes da OF.
- 14.2 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

14.3 – É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

CLAUSULA 15 - DO CONTRATO

- 15.1 Encerrada a fase de julgamento e uma vez homologada pela autoridade superior a adjudicação correspondente, convocar-se-á a adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 05 (Cinco) dias corridos.
- 15.2 O não comparecimento da adjudicatária no prazo concedido, para a assinatura do Contrato, implicará perda do seu direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 15.3 O contrato terá sua vigência até 31 de Dezembro do corrente ano, a contar da data da sua assinatura, ou até a prestação total dos serviços licitados.

CLAUSULA 16 – DA RESCISÃO

- 16.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 16.2 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a IX do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar multa de até 10% (Dez Por Cento) sobre o valor total do contrato.

CLAUSULA 17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 No valor ofertado para os itens licitados deverão estar incluídos todos os impostos, taxas fretes e demais encargos.
- 17.2 Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.
- 17.3 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior.
- 17.4 No caso de interposição de recursos, após proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido à autoridade superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.
- 17.5 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade de oficio ou por provação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.
- 17.6 Recomendam-se aos licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (Quinze) MINUTOS DO HORÁRIO PREVISTO.
- 17.7 É fundamental a presença do licitante ou seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- 17.8 O Município reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.
- 17.9 O Pregoeiro dirimirá as duvidas que suscite o Pregão, desde que arguidas por escrito, até 02 (Dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes, conforme parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal n.º 8.666/93. Só será aceita a impugnação dirigida à Comissão de Licitação, protocolizada na recepção do Paço Municipal, sito na Praça da Bandeira, n.º 276, Centro, em Cachoeira de Minas/MG.
- 17.10 O resultado do julgamento da Licitação será afixado no Quadro de Avisos, localizado no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, pelo prazo de 05 (Cinco) dias úteis, independentemente da sua publicação em órgão da Imprensa Oficial.
- 17.11 Para fins de dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Cachoeira de Minas/MG, excluindo qualquer outro.

Cachoeira de Minas/MG. 11 de Abril de 2.018.

Edimara Ribeiro Faria Monteiro Pregoeira



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO I - PROPOSTA COMERCIAL

(A Proposta Comercial, deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, e/ou constando carimbo, e/ou informações que identifique a proponente, em conformidade com a Cláusula 01 e Termo de Referência do Edital)

PROCESSO DE LICITACAO POR ITEM PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

DADOS DO LICITANTE Pessoa Física/Jurídica: CPF/CNPJ: Endereço/CEP: Telefone E-mail:

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE/ UNIDADE TOTAL	V. UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)	V. TOTAL PROPOSTO (R\$)
01.			, ,,	, ,,
	ade da proposta: dias (mínimo de 60 dias).			
2. B	ANCO PARA DEPÓSITO:	N.º AGÊNC	SIA:	C/C N.º
que os s	serviços ofertados atendem todas as especificações ex	ıgıdas neste Edital de Licitaç	ao.	
	Loca	I/UF e Data		
	Empresa (Carimbo - CNPJ)		
	Responsável	(nome por extenso)		

CPF/RG



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

- 1. Objeto da Contratação: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas, objetivando a prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal para manutenção das atividades da Secretaria de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, conforme descrição neste anexo.
 - 2. Critérios de Aceitação dos serviços a serem prestados:
- a) O objeto da licitação constante deste edital deverá ser entregue somente após o recebimento da Ordem de Compras, emitida pelo Encarregado do Setor de Compras do Município de Cachoeira de Minas.
- b) A Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas/ MG reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal n.º 8.666/93.

3. Procedimento de Fiscalização:

a) Os serviços prestados serão fiscalizados pelo Coordenador de Frotas do Município e pelo Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

4. Prazo de Execução dos serviços:

- a) Execução imediata, após comunicado realizado pela Secretaria solicitante e/ou pessoa credenciada pela mesma.
- 5. Penalidades Aplicáveis: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:
- a) Em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal n.º 8.666/93, o atraso injustificado na prestação dos serviços, objeto deste Pregão sujeitará o licitante a multa de 1% (Um Por Cento) ao dia, sobre o valor total proposto do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a prestação dos serviços.
- b) Nos termos do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do Contrato, este órgão poderá aplicar à empresa vencedora, garantida a prévia defesa, as seguintes penalidades:
 - b1) Advertência;
- b2) Multa de até 30% (Trinta Por Cento) do valor total da proposta, a critério da Administração e conforme a gravidade do ato:
- b3)10% (Dez Por Cento) do valor remanescente da nota de empenho, em caso de rescisão contratual por inadimplência da contratada.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

b4) 2% (Dois Por Cento) ao dia, sobre o valor total proposto do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a prestação dos serviços.

- b5) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (Dois).
- b6) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- c) Nos termos do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02c/c o art. 14 do Decreto 3.555/2000, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desse certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar com a União, Estados ou Municípios e, será descredenciado no CRC, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/02, pelo prazo de até 05 (Cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais condições legais.
 - d) As sanções estabelecidas acima são de competência da autoridade máxima deste Órgão.
- e) As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados às detentoras da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.
- f) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações nela introduzidas, pela Lei Federal n.º 8.883/94.
- **6. Cronograma Físico-Financeiro de desembolso**: o pagamento será efetuado, em até 20 (Vinte) dias após a apresentação das respectivas Notas Fiscais / Relatórios na Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas e atesto do setor requisitante, referente aos serviços prestados.
- 7. QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS PARA A AQUISIÇÃO: O valor total estimado para a prestação dos serviços foi estimado conforme a seguir:

Ī	Item	Descrição	Quantidade	Valor médio estimado
	1.	SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - Serviços por quilômetro rodado. Realizado por van.	1500 serviços	R\$ 5,73
	2.	TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - Serviços por quilômetro rodado. Realizado por ônibus.	1500 serviços	R\$ 9,78

Cachoeira de Minas/MG, 11 de Abril de 2.018.

Edimara Ribeiro Faria Monteiro Pregoeira



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO III – TERMO DE CREDENCIAMENTO

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Ide e CPF n.º, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal dePregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pro empresa, CNPJ n.º, bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos c	, na modalidade nunciar-se em nome da
ao certame, inclusive assinar contratosde	
Assinatura do Dirigente da Empresa	
(reconhecer firma como pessoa jurídica)	

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

- 1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
- 2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
- 3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
- 4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
- 5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

	Pelo pre	esente Termo de	e Compromiss	so, a empresa						, in	scrita no
CNPJ	n.º			·							na
					,	participante	do	certame	em	epígrafe,	e aqui
		r.(a)									
		, re	presentante d	levidamente c	redencia	ado nos auto	s do	Pregão F	rese	ncial n.º 0	28/2018,
comprome	ete-se a fornece	er o objeto licita	do, ao PREÇ	O REGISTRAI	DO EM	ATA, e decla	ara q	ue tem cié	ència	das penal	idades a
que esta s	ubmetida a sua	a empresa, em o	caso de descu	umprimento aq	ıui assur	mido, consoa	inte à	as previsõ	es co	ntidas no	Edital de
Pregão n.º	o 028/2018, na	s Leis Federais	n.º 10.520/02	2, 8.666/93, 80	078/90,	9.854/99, pe	lo De	ecreto Fed	deral	n.º 3.555,	de 8 de
agosto de	2000, com as r	nodificações po	steriores.								
	-	er expressão da		ma o presente	Termo,	ficando junt	ada	aos autos	do F	Processo L	icitatório
n.º 081/20	18, Pregão Pre	sencial n.º 028/	2018.								
					مام			d= 00			
	-			,,				de 20			
				(cidade/data	a)						
Accincture											
Qualilicaça	10				-						



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

Pelo presente	e Termo, a empresa	, inscrita no CNPJ n.º
	, com sede na	
na cidade de	, Estado de	, relativamente ao Processo
representante legal abaixo ass superveniente impeditivo à su posteriores, bem como que não	o Presencial n.º 028/2018, promovido pelo Municí sinado, se compromete a DECLARAR, sob as participação no referido Processo, ciente da o se acha declarada inidônea para licitar e contrata ministração Pública, conforme Lei Estadual n.º 13.9	penas da Lei, a existência de qualquer fato obrigatoriedade de DECLARAR ocorrências r com o Poder Público ou suspensa do direito
	,de	de 20
	(cidade/data)	
Qualificação:		



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

					,	inscrita	no	CNPJ	sob	0
n°,	por	intermédio	de	seu	representant	e legal	o(a)		Sr.	(a)
		, por	tador do	o Docun	nento de Identio	dade nº			_ e inscrit	o no
CPF sob o nº	,									
DECLARA, sob as penas da lei, e menor de dezoito anos em trabalho Ressalva: emprega menor, a partir o	noturno	, perigoso ou i	nsalubr	e e não (emprega menor	-	•	•	não emp	rega
(Observação: Em caso afirmativo, a	ssinalar	· a ressalva aci	ma)							
			,	d	e	de :	20 .			
			(cidad	de/data)						
Assinatura:										
Nome legível:										
Qualificação:										



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP OU MEI

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

A empresa	, inscrita no CNPJ sob o	nº,
por intermédio de seu representante legal Documento de Identidade nº	Sr.(a)	, portador do DECLARA, sob as penas (incluir a condição da dor Individual (MEI), art. 3º da Lei
() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) document Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, pa contratação, estando sujeita às sanções previstas no art (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva a	ara regularização, estando ciente que, :. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.	
	, de (cidade/data)	_de 20
Assinatura:		
Nome legível:Qualificação:		
Qualificação.		



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO VIII – DADOS PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

Consideradas para a Elaboração da Minuta do Contrato. Tais dados deverão estar de acordo com os dados que integrarão a Nota Fiscal, para fins de Faturamento. Seu teor é de inteira responsabilidade da empresa licitante.

DADOS DA EMPRES <i>A</i>	\ :						
Razão Social da Empre	esa:						
CNPJ:							
Telefone: ()	Fax: ()	E-ma	ail:				
Endereço Completo da	Empresa: (Logrado	ouro, nº, Bairro, Cidad	de, Estado, (CEP)			
•				•			
DADOS DO(S)RESPO	NSAVEL(IS) PEL	A ASSINATURA DO	CONTRAT	0:			
Caso não tenha sido d					ontrato será nece	occária à anroco	ntacão de
			nes para as	ssiriatura do Oc	milialo sera riece	ssana a aprese	iliação de
procuração com podere		assinai contratos).					
Nome Completo:							
Endereço/Domicílio	Completo	(Logradouro,	n°,	Bairro,	Cidade,	Estado,	CEP)
Estado Civil:	Na	acionalidade:					
Cargo que ocupa na en	npresa:						
RG (Órgão e Estado en	ninonr):	D-1	. F I' . ~				
CPF:	HISSOI)	Data d	ia Expediçai	0:			
		Data d	a Expediça	0:			
E-mail:	<i>,</i>		a Expediça	0:			



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

Termo de Contrato n.º/18, para PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE SERVIÇOS DE
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS INTERMUNICIPAIS PARA ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DA CULTURA E LAZER, que
celebram entre si o MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS, inscrito no CNPJ n.º 18.675.959/0001-92, isento de Inscrição Estadua
e a empresa
Aos dias do mês de do ano de 2.018, o Município de Cachoeira de Minas, com sede na Praça da
Bandeira, n.º 276, Centro, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, portado
do CPF n.º 563.371.836-49 e do RG n.º MG-3.179.907 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Luiz Gonzaga de Rezende, n.º 293
Bairro Beira Rio, neste Município doravante denominado CONTRATANTE, e a pessoa física/empresa/microempreendedor individua
, CNPJ n.º, Inscrição Estadual n.º, com sede na, n.
, Bairro em, em, neste ato representado pelo Sr.(a),
portador do CPF n.º, n.º, residente e domiciliado(a) na, n.º, bairro em -
, doravante denominada CONTRATADA, tendo como respaldo o resultado do Pregão Presencial n.
028/2018 e a autorização constante do Processo Licitatório n.º 081/2018, celebram o presente contrato, de acordo com as Leis
Federais n.ºs 10.520/02 e 8.666/93, visando atividades relacionadas com a contratação de prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal para manutenção das atividades da Secretaria de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato, o transporte em Van e/ou ônibus de jogadores e entidades culturais com intuito de representar o Município em cidades vizinhas, conforme especificados no formulário de proposta do Pregão Presencial n.º 028/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente Contrato será válido até 31 de Dezembro do corrente ano, iniciado a partir da data de sua assinatura, ou até prestação dos serviços licitados, o que primeiro ocorrer, para fornecimento parcelado e/ou na medida da necessidade do Órgão Licitante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 O referido serviço de transporte se dará com autorização prévia do Chefe do Setor de Compras e/ou da secretaria responsável pela solicitação dos serviços, sempre que houver necessidade ou emergência de transporte para atendimento ao desporto no Município, desde que não haja veículo do Município disponível, naquele momento.
- 3.2 A prestação dos serviços deverá ser executada no dia e hora exata, constante na Ordem de Serviços, que será emitida pelo Encarregado dos Serviços de Compras, com no mínimo 02 (Dois) dias de antecedência.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 - Fax: (35) 3472-1200 www.cachoeirademinas.mg.gov.br

CLÁUSULA QUARTA - DAS NOTAS FISCAIS

4.1 - Fica estabelecido que a fornecedora emitirá notas fiscais a cada prestação dos serviços, e o pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura em até 20 (Vinte) dias úteis, após apresentação das faturas correspondentes aos serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUANTIDADE

5.1 - Ao Município de Cachoeira de Minas, reserva-se o direito de exigir a prestação dentro das especificações e com qualidade, bem como alterar o quantitativo, dentro das necessidades do Município, obedecidas às normas legais vigentes.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR		
6.1 - Para os serviços especificados na Cláu	sula Primeira, fica estipulado o valor de R\$	por quilômetro rodado,
perfazendo um total de R\$, devendo o pagamento ser efetuado mensalmente el	m até 20 (Vinte) dias, após
apresentação do valor dos serviços prestados,	juntamente com as autorizações concedidas pela respec	tiva secretaria e/ou pessoa
credenciada pela mesma.		

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

7.1 - O valor da proposta será fixo, salvo alterações efetuadas unicamente pelo Governo Federal, comprovado por Documento, juntamente com a nova tabela do CONTRAN. (Caso esta não tenha tido reajuste, os valores cotados não poderão sofrer nenhum acréscimo).

CLÁUSULA OITAVA – DAS DOTAÇÕES

8.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão atendidas pela dotação orçamentária, constante na Lei do Orçamento do Município n.º 2.514 de 08 de Dezembro de 2017, a saber: 02.08.02.20.606.2001.2.145.339039-414; 02.09.01.13.392.1301.2.025.339039-439; e 02.09.02.27.812.2701.2.030.339039-461.

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 A contratada ficará obrigada a:
- 1 Não alterar o valor da proposta em hipótese alguma, devendo estar nela incluída qualquer eventualidade que possa ocorrer;
- 2 Fornecer os serviços às suas custas (impostos, taxas, fretes e demais encargos), sob o preço ofertado através dos lances e registrados em ata, e sob o prazo estipulado na proposta, mediante a "ORDEM DE FORNECIMENTO" emitida pelo Encarregado do Setor de Compras do Município;
 - 3 Responsabilizar-se pelo disposto nas respectivas propostas e pelos atos dos seus representantes legais:
- 4 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do representante da Administração, inerentes os objeto da contratação;
 - 5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
- 6 Todos os veículos utilizados nos serviços objetos deste contrato deverão ser licenciados no Município de Cachoeira de Minas.
- 7 A CONTRATADA se obriga a manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento e segurança, assim como estar em dia com os impostos, taxas e seguros referentes ao veículo, bem como estar o motorista habilitado profissionalmente, e no caso de algum imprevisto, este deverá ser substituído imediatamente às suas próprias expensas.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

- 8 A contratada ficará responsável por todos os danos causados em seus veículos, podendo, se necessário, tomar medidas cabíveis em caso de vandalismo nos mesmos.
- 9 No caso do transporte em Van e Ônibus deverá iniciar a contagem dos quilômetros rodados após a saída do Município de Cachoeira de Minas e a finalização na chegada, sendo também neste Município.
- 10 Todas as demais despesas ocorrerão por conta da Contratada, inclusive alimentação, impostos, transporte do veículo até o local de saída e quaisquer outra que venha incidir sobre o objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas quanto ao fornecimento dos objetos desta licitação poderão ser aplicados ao licitante alternativa ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:
 - 10.1.1 Advertência:
- 10.1.2 Multa de até 30% (Trinta Por Cento) do valor total da proposta, a critério da Administração e conforme a gravidade do ato:
- 10.1.3 Multa de 10% (Dez Por Cento) do valor remanescente da nota de empenho, em caso de rescisão contratual por inadimplência da contratada:
- 10.1.4 2% (Dois Por Cento) ao dia, sobre o valor total proposto do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a prestação dos serviços;
- 10.1.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (Dois) anos; e
- 10.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.2 As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados às detentoras da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.
- 10.3 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal n.º 8.866/93, com as alterações nela introduzidas, pela Lei Federal n.º 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses e condições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

- 12.1 As alterações contratuais que se fizerem necessárias serão formalizadas através de Termo Aditivo, não podendo as comunicações expedidas modificar qualquer aspecto substancial deste Contrato.
- 12.2 A Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pelas Leis Federais n.ºs 8.883/94 e 9.648/98 regerá subsidiariamente, a aplicação deste Contrato e a solução de litígios que eventualmente deles possam resultar.



Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeirademinas.mg.gov.br

12.3 - O foro do presente Contrato será o da Comarca de Cachoeira de Minas/MG, excluído qualquer outro, ainda que privilegiado.

•	as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (Três) vias de lido e achado conforme é assinado pela CONTRATANTE, CONTRATADA e
	Cachoeira de Minas/MG, de de 2.018.
Pela CONTRATANTE Sr. Dirceu D'Ângelo de Faria Prefeito Municipal	Pela CONTRATADA Sr(a) EMPRESA
Testemunha 01:	CPF/RG:
Testemunha 02:	CPF/RG:



PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA:

cabendo posteriormente qualquer reclamação.

ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS – MG CNPJ n.º 18.675.959/0001-92

Praça da Bandeira, n.º 276, Centro - CEP: 37.545-000 Telefone: (35) 3472-1333 – Fax: (35) 3472-1200

www.cachoeira deminas.mg.gov.br

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(enviar pelo e-mail licitacao@cachoeirademinas.mg.gov.br)

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018

CPF/CNPJ:			
Endereço: Cidade/Estado:			
Telefone/Fax:			
e-mail:			
Obtivemos, por r convocatório da licitação ac	. •	v.cachoeirademinas.mg.gov.br,	nesta data, cópia do instrumento
Local:	,de	de	
Nome:			
Senhor Licitante,			
	•	·	amos a Vossa Senhoria preencher o
	e remetê-lo à Seção de Licitações,	•	
		•	, por meio de e-mail, de eventuais
esclarecimentos e retificaç	iões ocorridas no instrumento co	nvocatório, bem como de qua	aisquer informações adicionais, não

Recomendamos, ainda, consultas à referida página (www.cachoeirademinas.mg.gov.br) para eventuais comunicações e